

# Relatório 2005 dos PMP e PAPT

**INDICE**

INTRODUÇÃO .....	5
1. CARACTERIZAÇÃO GLOBAL .....	6
1.1 Meios de Intervenção .....	9
1.2. Espaços Físicos de Intervenção .....	10
2. FINANCIAMENTO .....	11
3. RESULTADOS DA INTERVENÇÃO EM GRUPOS DELIMITADOS .....	14
3.1. Áreas de Intervenção .....	14
3.2. Actividades .....	15
3.3. População-alvo.....	20
4. RESULTADOS DA INTERVENÇÃO PMP EM GRANDES GRUPOS .....	26
4.1 Actividades Grandes Grupos.....	26
REFLEXÃO FINAL .....	28

**INDICE DE GRÁFICOS**

Gráfico n.º 1 - N.º projectos a decorrer por grupos e ano de execução, N=131 .....	7
Gráfico n.º 2 - Percentagem de concelhos cobertos por PMP .....	7
Gráfico n.º 3 - Relação entre n.º de Concelhos PMP/ n.º de Concelhos por Distrito .....	8
Gráfico n.º 4 - N.º e Tipo dos Meios Sociais de Intervenção .....	9
Gráfico n.º 5 - N.º e Tipo dos Espaços Físicos - Meio Comunitário .....	10
Gráfico n.º 6 - N.º e Tipo Espaços Físicos - Meio Escolar .....	10
Gráfico n.º 7 - Financiamento Global dos PMP por Co-financiadores .....	11
Gráfico n.º 8 - Financiamento Global dos PAPT por Co-financiadores .....	11
Gráfico n.º 9 - Financiamento do IDT dos PMP por Sub-rúbricas .....	12
Gráfico n.º 10 - Financiamento do IDT dos PAPT por Sub-rúbricas .....	13
Gráfico n.º 11 - Prevalência das Áreas de Intervenção nos Distritos, PMP e Projectos .....	14
Gráfico n.º 12 - Prevalência das Áreas de Intervenção por Distrito, PAPT e Projectos .....	14
Gráfico n.º 13 - Relação PMP, Projectos, Actividades por Distrito .....	16
Gráfico n.º 14 - N.º e Tipo de Actividades PMP, N=586 .....	17
Gráfico n.º 15 - N.º e Tipo de Actividades PAPT, N=189 .....	17
Gráfico n.º 16 - N.º das Três Principais Actividades PMP por Distrito .....	18
Gráfico n.º 17 - N.º das Três Principais Actividades PAPT por Distrito .....	19
Gráfico n.º 18 - N.º e Tipo da População-alvo PMP em Actividades dirigidas a Grupos Delimitados .....	20
Gráfico n.º 19 - N.º e Tipo de População-alvo PAPT em Actividades dirigidas a Grupos Delimitados .....	20
Gráfico n.º 20 - Distribuição da População-alvo PMP por Actividades dirigidas a Grupos Delimitados .....	21
Gráfico n.º 21 - Distribuição da População-alvo PAPT por Actividades dirigidas a Grupos Delimitados .....	21
Gráfico n.º 22 - Total da População-alvo por Distrito (nº 24976) .....	22
Gráfico n.º 23 - Total da População-alvo PAPT por Distrito (nº 6458) .....	23
Gráfico n.º 24 - População-alvo Final e Faixas Etárias dos PMP (% e número) .....	24
Gráfico n.º 25 - População-alvo Final e Faixas Etárias dos PAPT (% e número) .....	24
Gráfico n.º 27 - População-alvo PAPT Acumulada por Área de Intervenção .....	25

Gráfico n.º 28 - Relação PMP, Projectos, Actividades por Distrito .....	26
Gráfico n.º 29 - N.º e Tipo de Actividades, N=143 .....	27

## INTRODUÇÃO

Este documento procura apresentar e sistematizar a informação recolhida através de indicadores quantitativos mensais relativa aos projectos inseridos nos Planos Municipais de Prevenção das Toxicodependências (PMP), bem como os dados retirados dos Projectos do Programa de Apoio ao Período de Transição (PAPT) em execução durante o ano de 2005.

O Programa de Apoio ao Período de Transição surgiu no País, em Maio de 2005, numa tentativa de prolongar algumas intervenções no terreno, inicialmente previstas, até ao final de Agosto do mesmo ano. Esperava-se que, a partir de Setembro de 2005, outros programas de respostas ao nível da intervenção preventiva respondessem às problemáticas diagnosticadas nesta área.

Quanto à estrutura do presente relatório, este mantém a lógica assumida nos anteriores documentos de avaliação dos PMP.

O período estudado ao nível dos PMP compreende o primeiro semestre de 2005, correspondendo à finalização deste programa. A recolha de dados dos PAPT enquadra-se no período de Maio a Agosto de 2005.

O relatório termina com uma apreciação global sobre os programas analisados, dando ênfase aos PMP, colocando algumas questões relativas aos principais benefícios, limitações, pontos fortes e frágeis destas medidas promovidas pelo IDT ao nível da intervenção preventiva.

## 1. CARACTERIZAÇÃO GLOBAL

Foram assinados e renovados, de Junho de 2001 a Junho de 2005, 103 PMP (incluindo 1 Plano Intermunicipal), correspondendo a um total de 440 projectos.

Em 2005, estavam em desenvolvimento 75 PMP e 131 projectos, em todos os distritos com excepção de Leiria.

Como sequência da priorização da avaliação da Estratégia Nacional de Luta contra a Droga 2000-2004, refere-se ainda que, a partir de Setembro de 2004, não foi assinado nenhum protocolo com novas Câmaras Municipais, tendo sido renovados apenas os PMP que tinham finalizado até Agosto de 2004. Assim, cerca de 55 projectos/ 27 PMP não foram renovados até ao final do ano, mas, apesar destes constrangimentos, algumas intervenções no terreno continuaram, com o apoio das Câmaras e das entidades promotoras, revelando alguma capacidade de autonomia da sociedade civil, com o grande apoio autárquico.

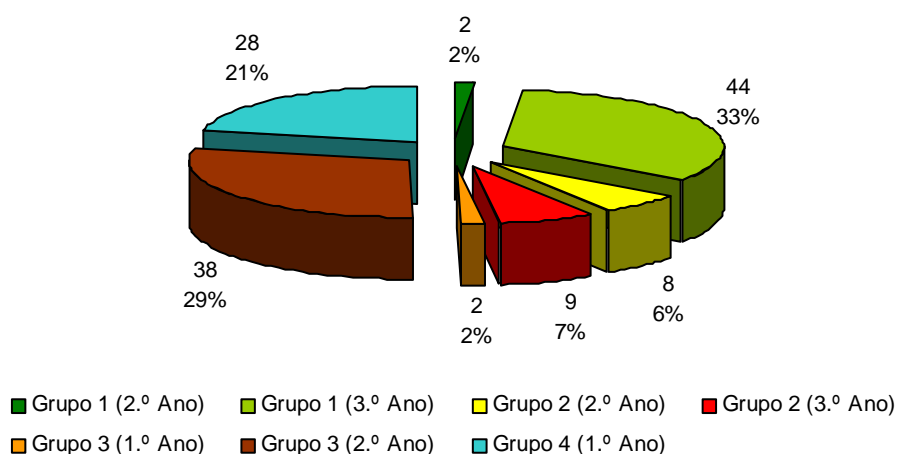
### PLANOS MUNICIPAIS DE PREVENÇÃO PRIMÁRIA DAS TOXICODependências



Através da leitura do mapa, verifica-se que 72% das capitais de distrito tiveram um PMP, o que foi estipulado como prioridade em 2001, aquando do início deste programa.

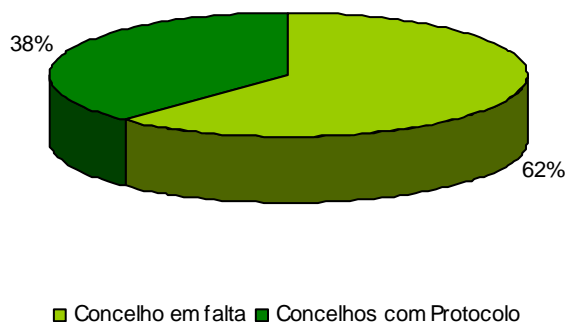
Em relação ao Programa de Apoio ao Período de Transição, foram assinados 71 PAPT em 11 distritos do País, com excepção de Beja, Évora, Faro, Guarda, Porto e Santarém. Os PAPT decorreram entre Maio e Agosto de 2005, embora nem todos os projectos tenham tido a duração de 4 meses.

**Gráfico n.º 1 - N.º projectos a decorrer por grupos e ano de execução, N=131**



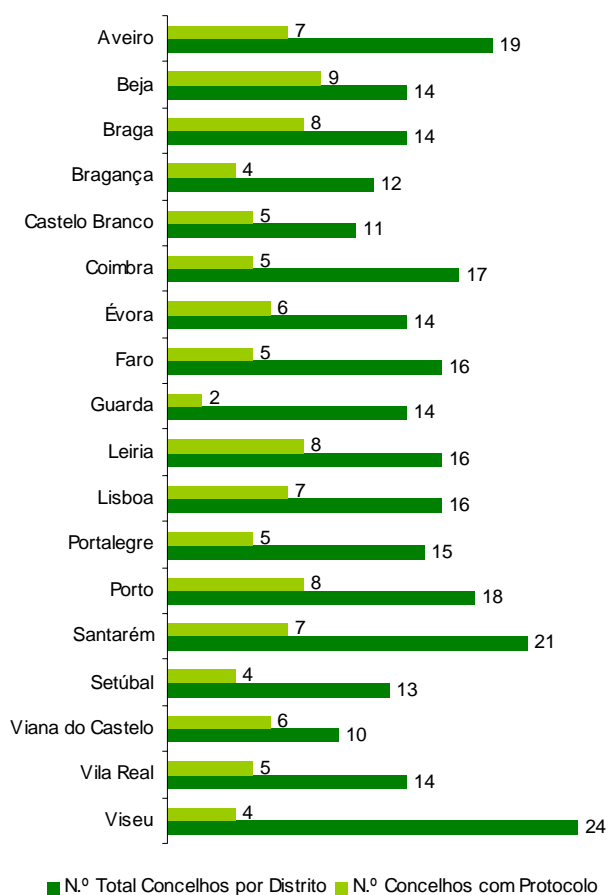
Os dados em análise centraram-se predominantemente em 3 grupos: o terceiro ano de execução dos PMP assinados pela primeira vez em 2001 (33%), o 2.º ano dos PMP assinados pela primeira vez em 2003 (29%) e o 1.º ano de execução dos PMP assinados durante o ano de 2004 (21%).

**Gráfico n.º 2 - Percentagem de concelhos cobertos por PMP**



Em relação à cobertura deste programa, este atingiu 38% dos concelhos de Portugal Continental.

Gráfico n.º 3 - Relação entre n.º de Concelhos PMP/ n.º de Concelhos por Distrito

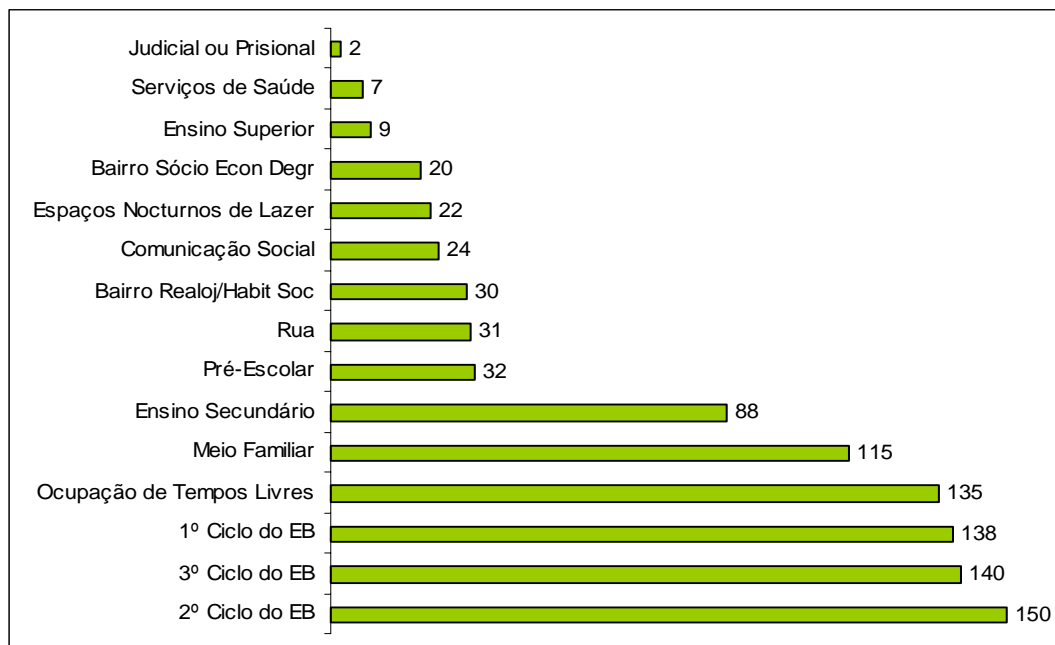


Quanto à distribuição de PMP/PIM por distritos, verificou-se uma discrepância da sua implementação relativa entre os distritos, existindo situações em que a cobertura dos PMP foi cerca de 16% (Viseu) e outros distritos como Beja e Braga que ultrapassaram os 55% de cobertura.



## 1.1 Meios de Intervenção

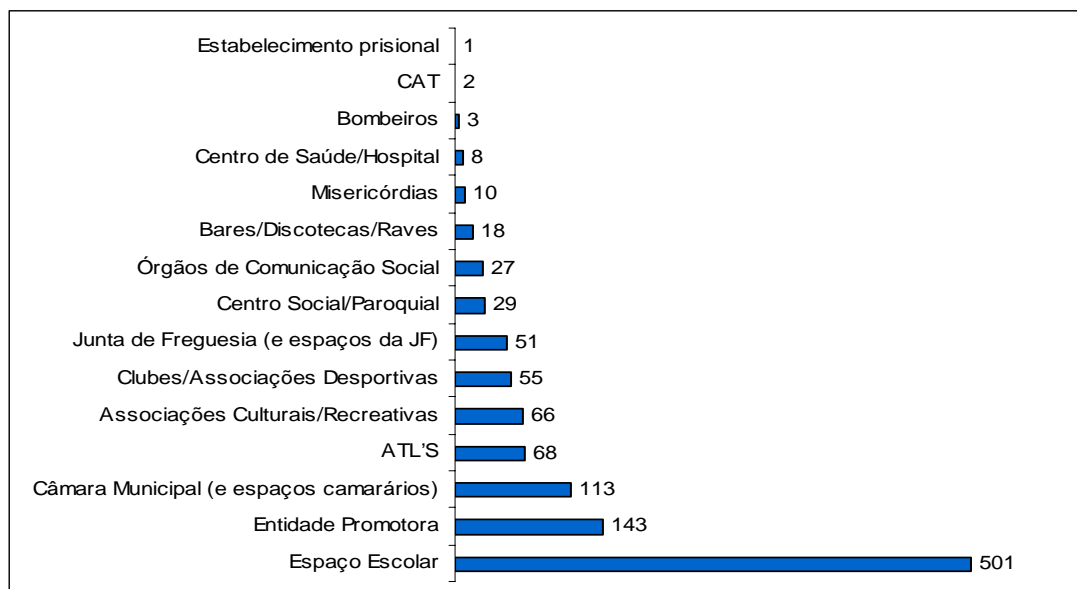
Gráfico n.º 4 - N.º e Tipo dos Meios Sociais de Intervenção



Em relação aos meios sociais de intervenção, observa-se que foi sempre nos diferentes ciclos do meio escolar onde se desenvolveu o maior número de actividades, excepto no pré-escolar e no ensino superior. Verificou-se o predomínio da intervenção nas escolas do 2.º, 3.º e 1.º ciclos do ensino básico.

## 1.2. Espaços Físicos de Intervenção

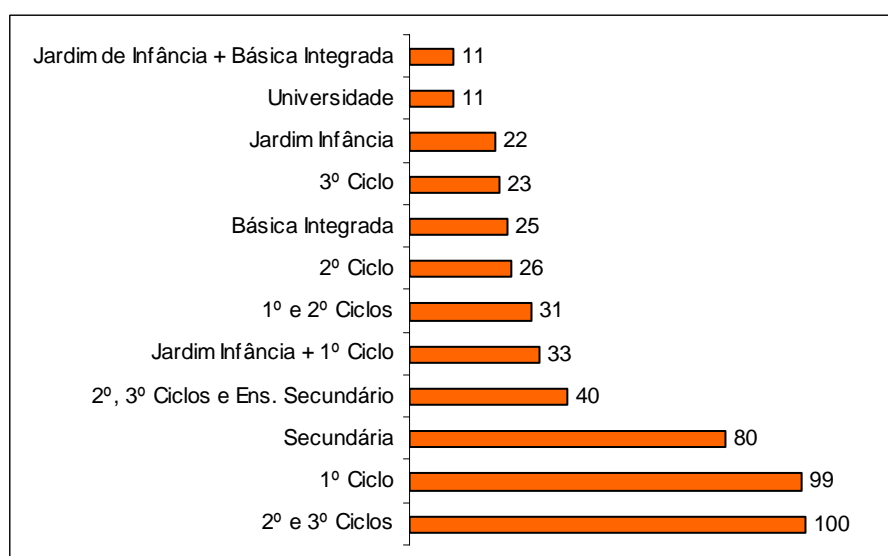
**Gráfico n.º 5 - N.º e Tipo dos Espaços Físicos - Meio Comunitário**



Relativamente aos espaços físicos, ou seja as instalações onde decorrem as actividades, destacaram-se de forma bastante expressiva, superior a qualquer uma das outras categorias, as instalações escolares, cujos dados são tratados em pormenor no gráfico seguinte.

Além do espaço escolar, verificou-se a opção pelos espaços das próprias entidades promotoras e os espaços autárquicos, como as instalações das Câmaras Municipais.

**Gráfico n.º 6 - N.º e Tipo Espaços Físicos - Meio Escolar**



Relativamente aos espaços em meio escolar, estes estão categorizados de acordo com a tipologia do Ministério da Educação. As escolas do 1.º ciclo e as secundárias obtiveram a maior amplitude neste contexto, ao longo de toda a implementação dos PMP.

## 2. FINANCIAMENTO

Gráfico n.º 7 - Financiamento Global dos PMP por Co-financiadores

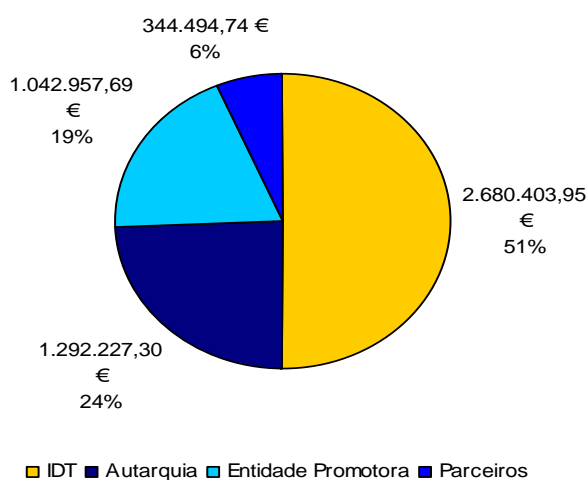
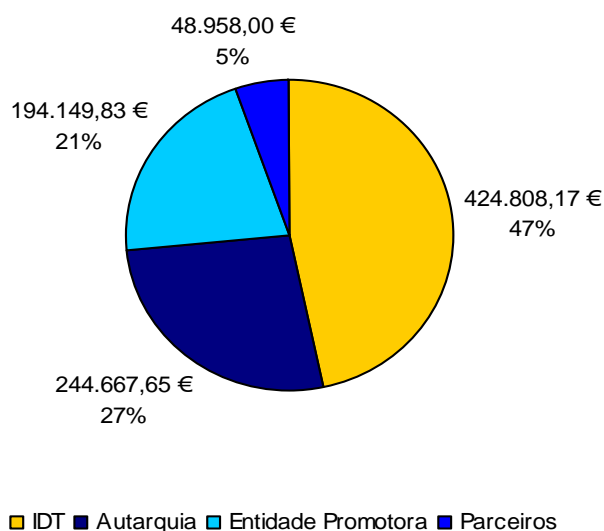


Gráfico n.º 8 - Financiamento Global dos PAPT por Co-financiadores



Em termos do financiamento, o IDT continuou a ser responsável pela maior parte do valor global do financiamento dos projectos PMP e PAPT. As Autarquias suportaram cerca de um quarto do financiamento total e as entidades promotoras e parceiros o restante quarto do financiamento global.

Gráfico n.º 9 - Financiamento do IDT dos PMP por Sub-rúbricas

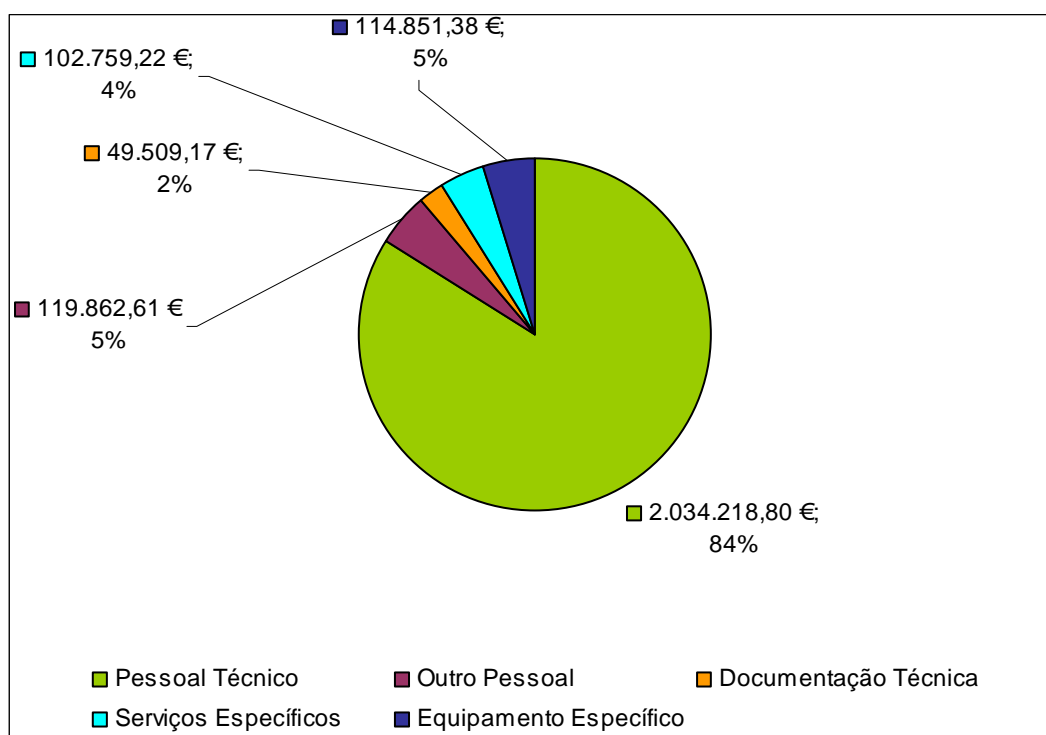
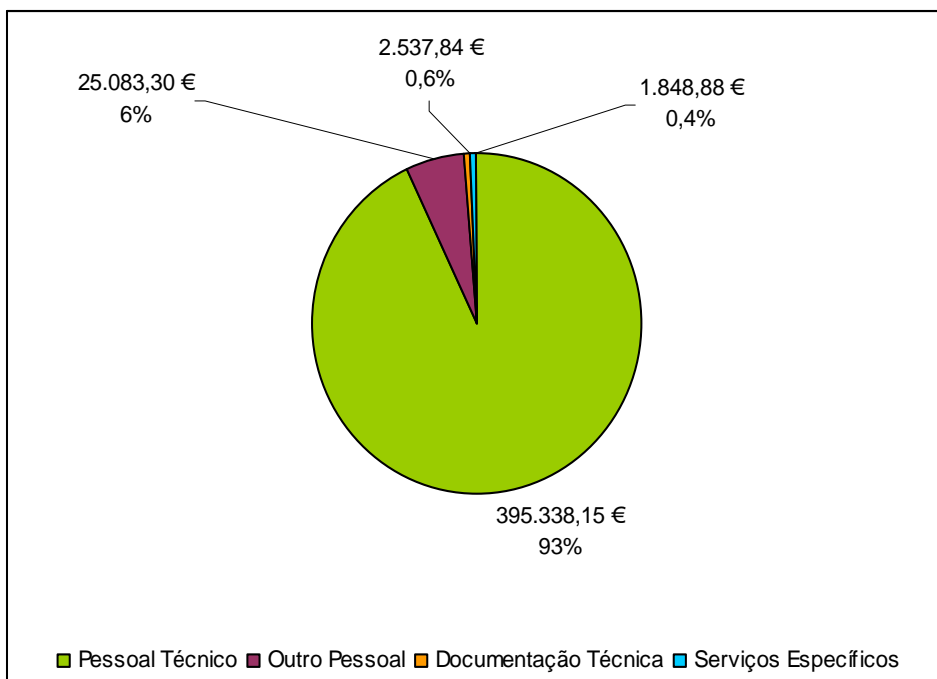


Gráfico n.º 10 - Financiamento do IDT dos PAPT por Sub-rúbricas



Em relação à distribuição por rúbricas, por parte do financiamento do IDT aos projectos, observou-se que o investimento foi sobretudo em pessoal técnico (técnicos superiores, formadores e outros), representando 89% nos PMP e 99% nos PAPT.

### 3. RESULTADOS DA INTERVENÇÃO EM GRUPOS DELIMITADOS

São apresentados em simultâneo e sempre que se justifique os dados relativos aos PAPT.

#### 3.1. Áreas de Intervenção

Gráfico n.º 11 - Prevalência das Áreas de Intervenção nos Distritos, PMP e Projectos

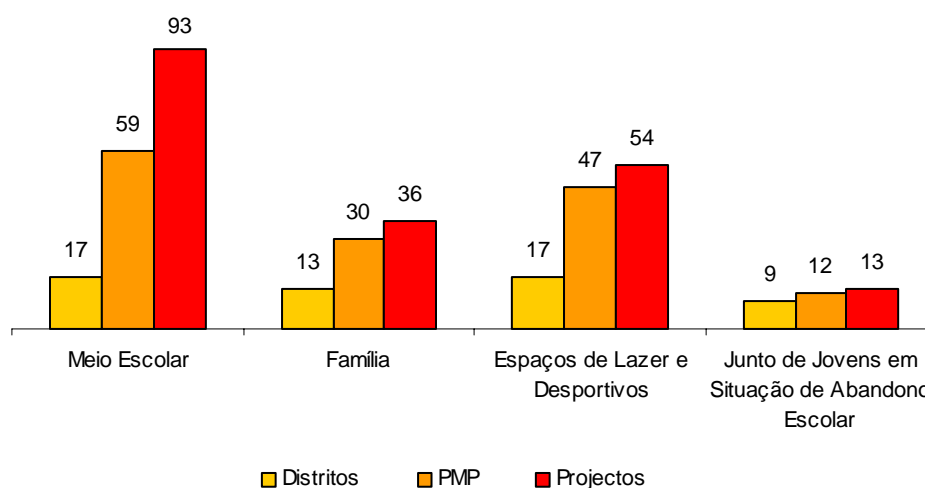
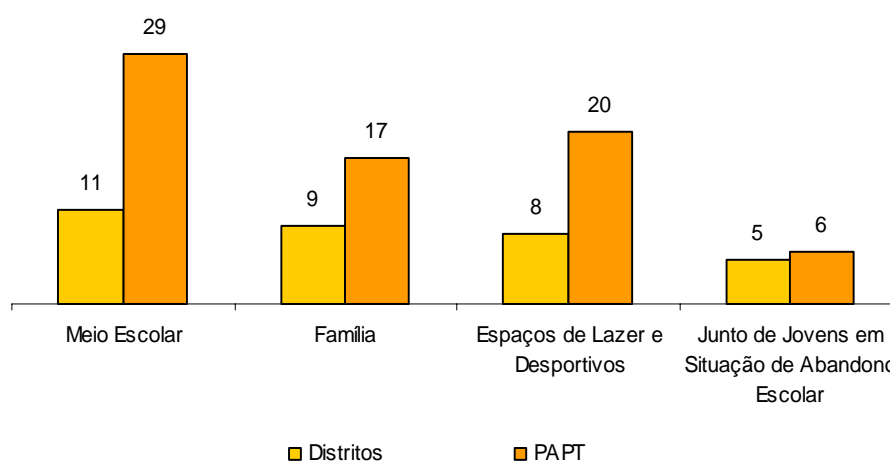


Gráfico n.º 12 - Prevalência das Áreas de Intervenção por Distrito, PAPT e Projectos



Uma vez que, nos PMP e também nos PAPT, cada projecto intervenha em mais de uma área de intervenção, a análise destes gráficos não traduzem os valores de referência face ao número de PMP e projectos.

Relativamente aos dados dos gráficos n.º 9 e 10, verificou-se a maior prevalência em “meio escolar” e em “espaços de lazer e desportivos”. Deste modo, observou-se a existência de, pelo menos um projecto nas áreas de intervenção “meio escolar” e “espaços de lazer e desportivos” em 17 distritos. A intervenção na “família” ocorreu em 13 distritos, enquanto que actividades “junto de jovens em situação de abandono escolar” observaram-se em apenas 9 distritos.

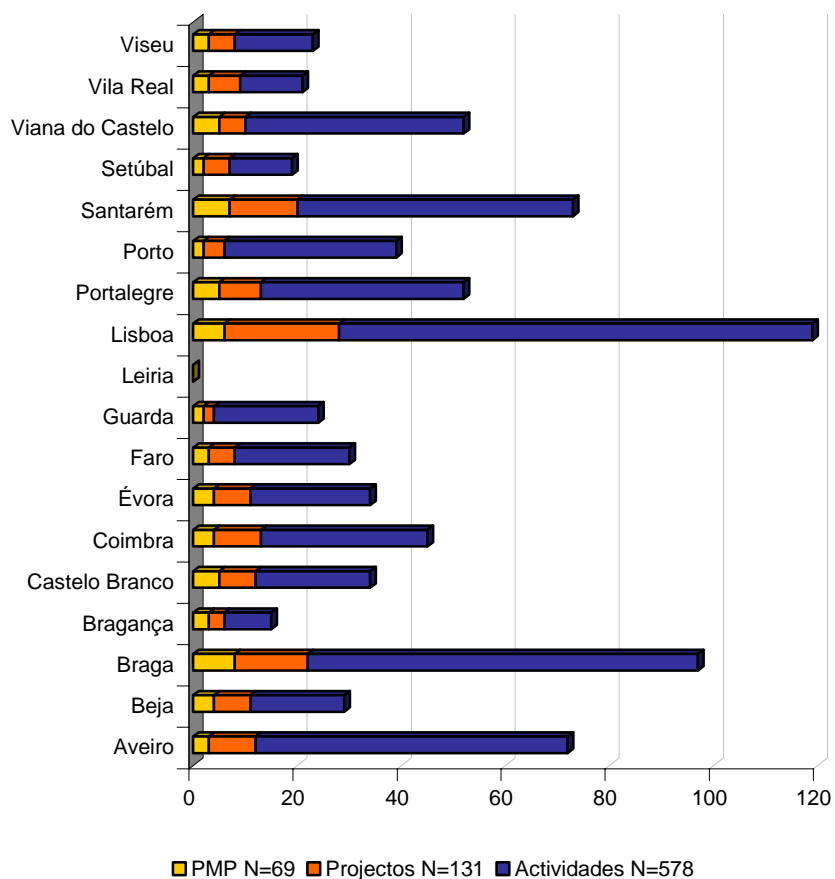
Assim, foi no “meio escolar” que se desenvolveram mais projectos (93 projectos em 59 PMP), seguindo-se os “espaços de lazer e desportivos” onde, em 47 PMP, se desenvolveram 54 projectos. Na “família” surgiram 36 projectos, desenvolvidos em 30 PMP. Houve 13 projectos em 12 PMP que actuaram “junto de jovens em situação e abandono escolar”.

No quadro dos PAPT, o padrão das intervenções desenvolvidas foi semelhante aos dados dos PMP anteriormente apresentados.

### **3.2. Actividades**

O PMP foi concebido para ser um elemento integrador de vários projectos num concelho, estando previstos pelo menos dois projectos por PMP.

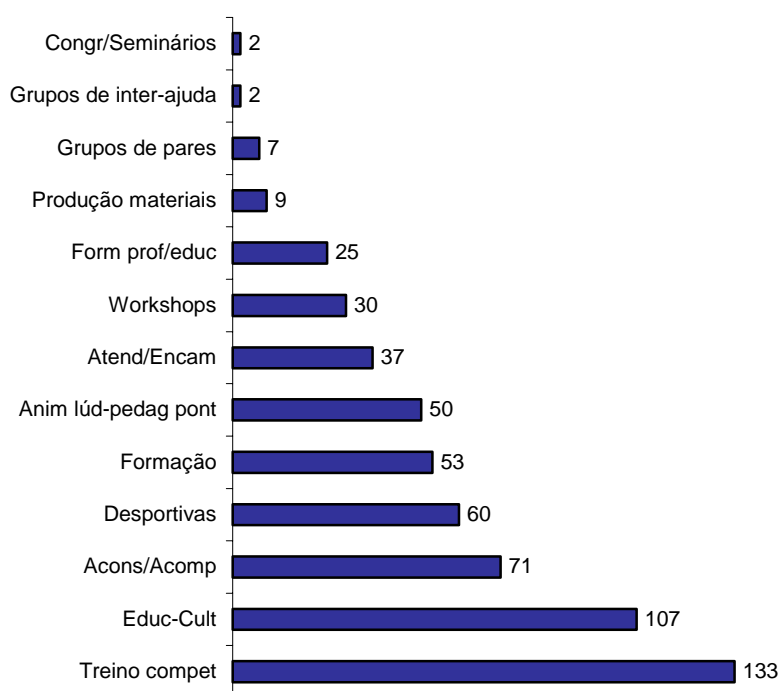
Gráfico n.º 13 - Relação PMP, Projectos, Actividades por Distrito



Observou-se que a maioria dos PMP integraram pelo menos dois projectos, cumprindo-se assim um dos requisitos do programa. Por outro lado, relativamente ao número de actividades, os distritos de Lisboa, Braga e Aveiro foram os que mais se evidenciaram.



**Gráfico n.º 14 - N.º e Tipo de Actividades PMP, N=586**

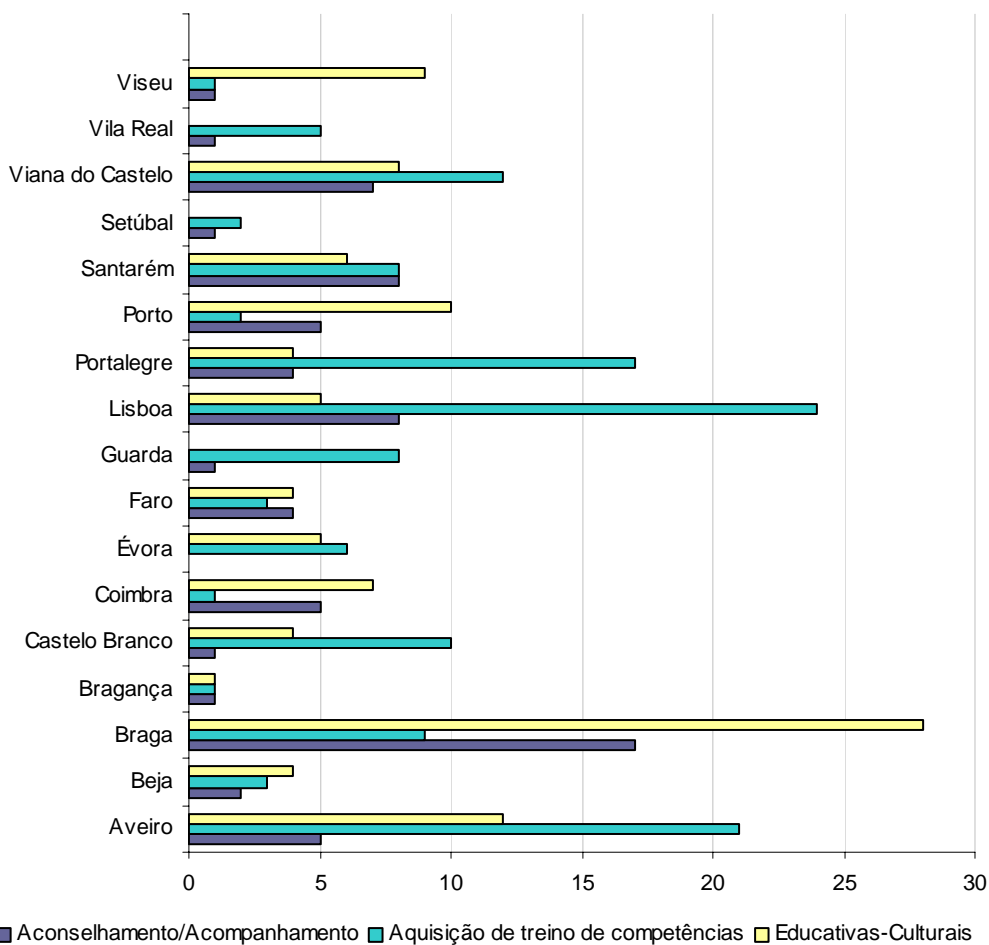


**Gráfico n.º 15 - N.º e Tipo de Actividades PAPT, N=189**

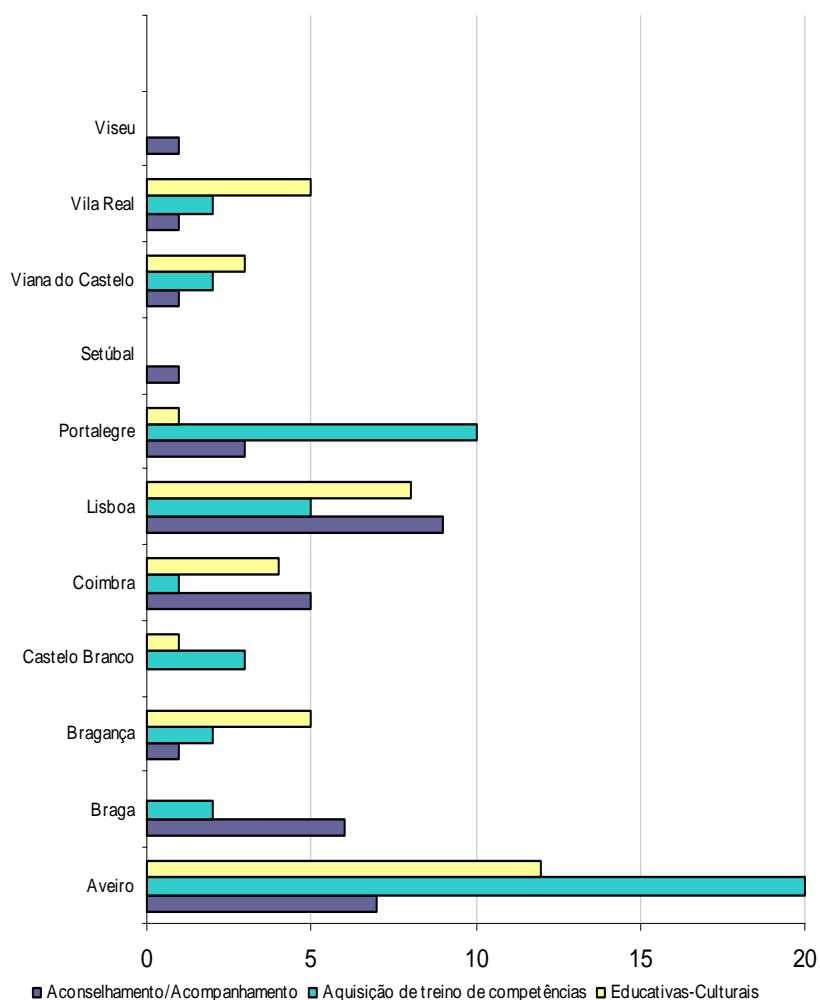


Verificou-se que, em 2005 e em ambos os programas, as actividades “aquisição e treino de competências”, as “educativas-culturais” e as de “aconselhamento/accompanhamento” foram as que se destacaram com maior frequência e/ou número de realizações, o que tem, em nossa opinião uma leitura positiva, na medida em que se trataram de actividades que podem representar uma intervenção de continuidade.

**Gráfico n.º 16 - N.º das Três Principais Actividades PMP por Distrito**



**Gráfico n.º 17 - N.º das Três Principais Actividades PAPT por Distrito**



Ao nível distrital e face às três principais actividades realizadas no âmbito dos PMP, verificou-se a sua coexistência em 13 distritos.

O distrito de Évora não apresentou actividades de “aconselhamento/ acompanhamento”. Os distritos da Guarda, Setúbal e Vila Real não desenvolveram actividades.

Nos PAPT, a realização das 3 principais actividades em simultâneo não se verificou em 4 distritos. Em Braga, não existiram actividades “educativas-culturais” e, em Castelo Branco nenhuma actividade de “aconselhamento/accompanhamento”. Em Setúbal e em Viseu, apenas existiram actividades de “aconselhamento/ acompanhamento”.

### 3.3. População-alvo

Gráfico n.º 18 - N.º e Tipo da População-alvo PMP em Actividades dirigidas a Grupos Delimitados

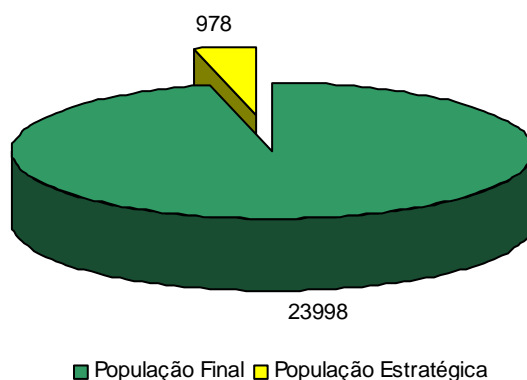
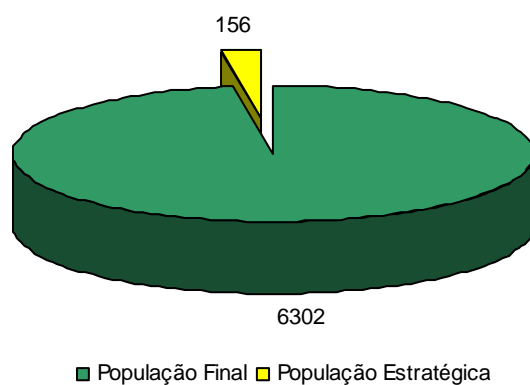


Gráfico n.º 19 - N.º e Tipo de População-alvo PAPT em Actividades dirigidas a Grupos Delimitados



Observou-se que os projectos de intervenção quer do PMP, quer dos PAPT trabalharam essencialmente com a população-alvo final, não tendo recorrido à utilização de uma população-alvo estratégica, mediadora entre a equipa técnica dos projectos e os grupo-alvo finais.

Gráfico n.º 20 - Distribuição da População-alvo PMP por Actividades dirigidas a Grupos Delimitados

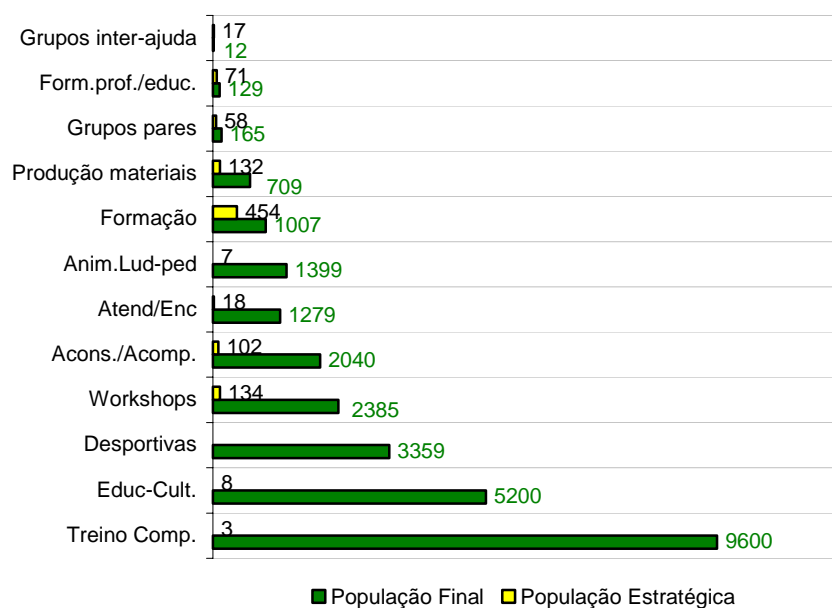
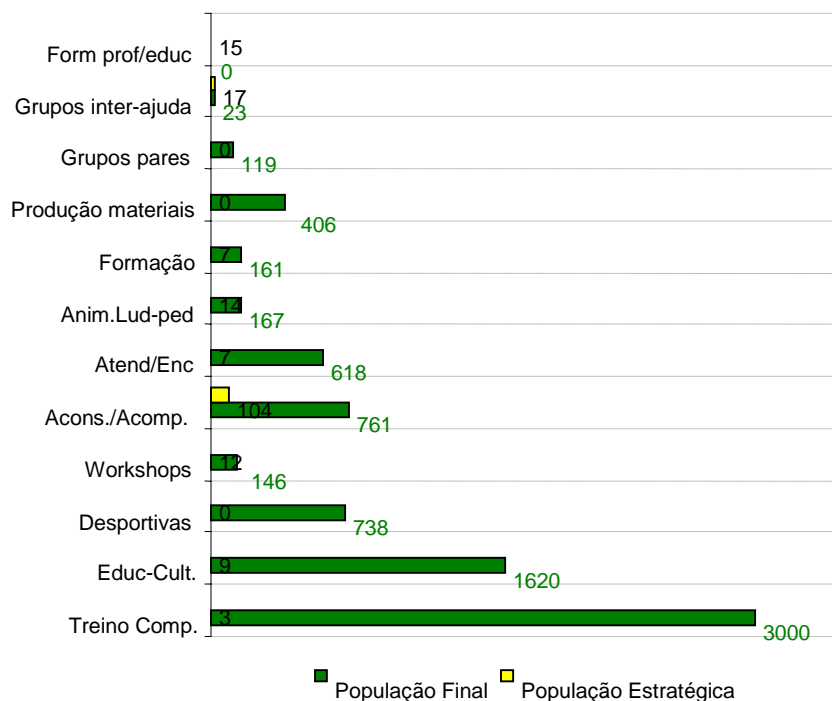


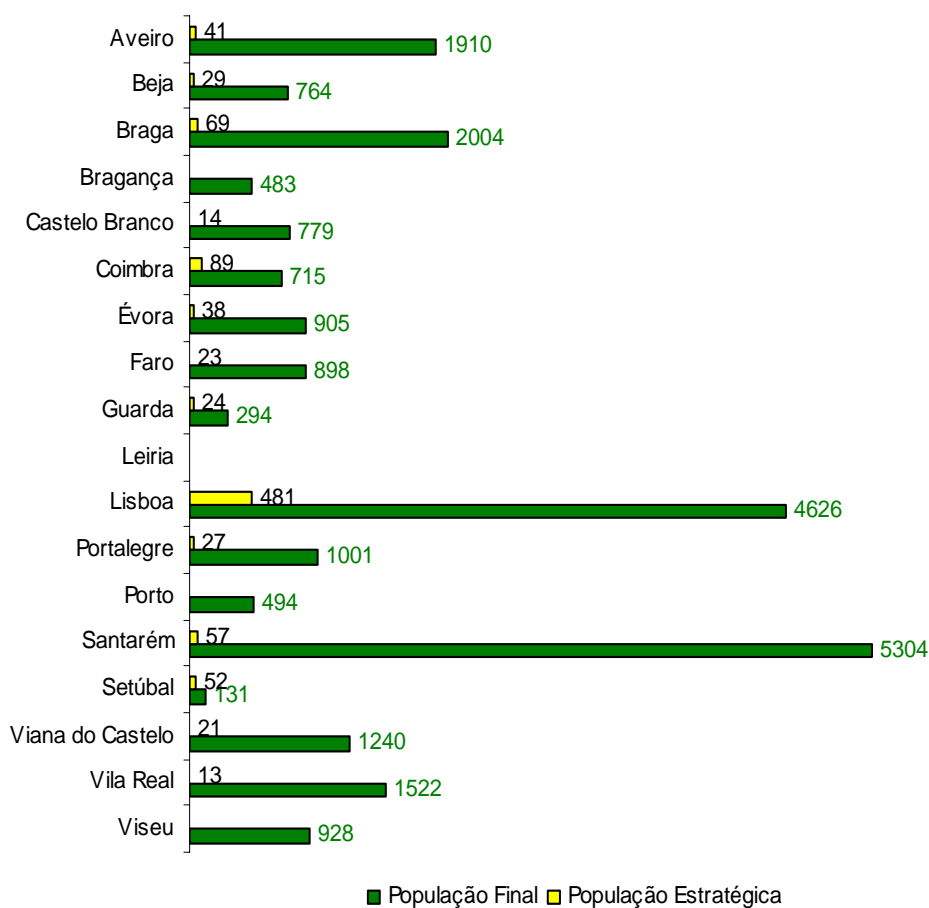
Gráfico n.º 21 - Distribuição da População-alvo PAPT por Actividades dirigidas a Grupos Delimitados



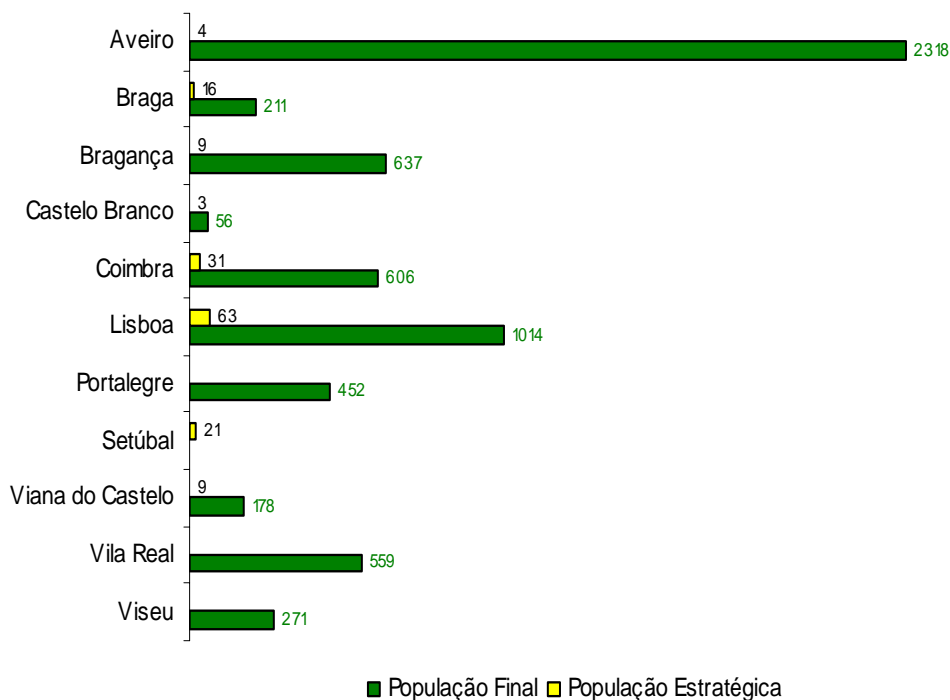
Em relação à população-alvo final em ambos os programas, o maior número de participantes incidu nas actividades de “treino de competências psicossociais”, nas “educativas e culturais” e nas “desportivas”.

Quanto à população-alvo estratégica, esta teve a sua maior expressão nas actividades de “formação” e “workshops” nos PMP e de “aconselhamento/acompanhamento” nos PAPT.

**Gráfico n.º 22 - Total da População-alvo por Distrito (nº 24976)**

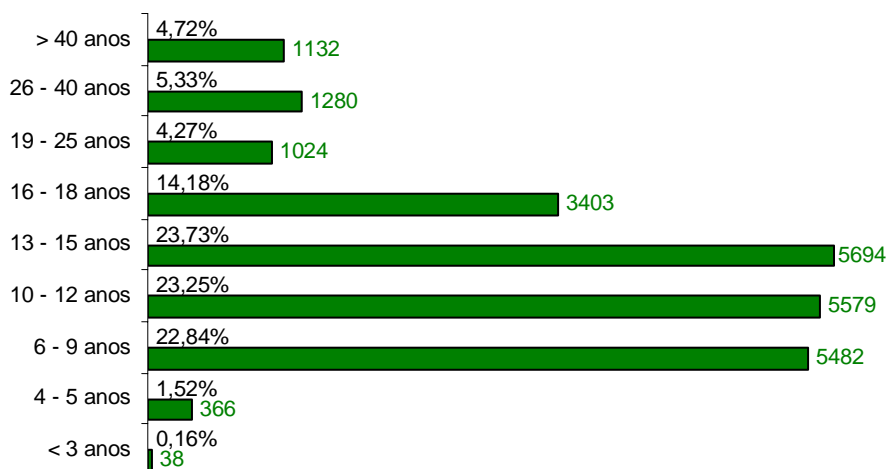


**Gráfico n.º 23 - Total da População-alvo PAPT por Distrito (nº 6458)**

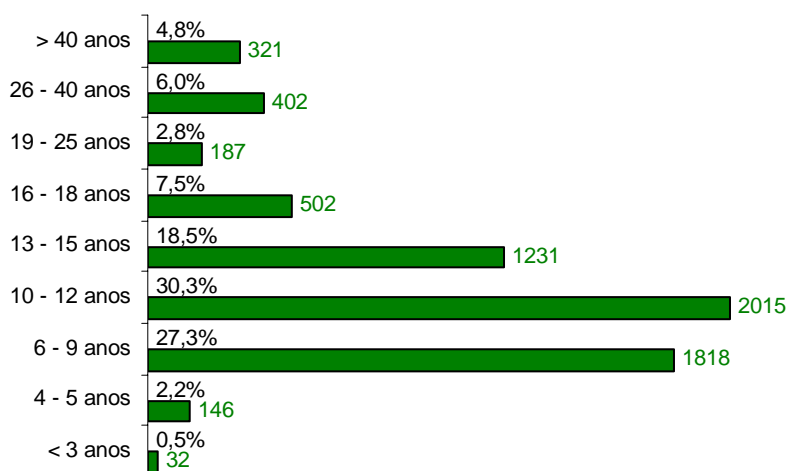


Relativamente à distribuição da população-alvo final por Distrito, verificou-se que a maior abrangência se situou nos distritos de Santarém e Lisboa nos PMP e, nos PAPT, situaram-se em Aveiro e Lisboa, também. Quanto à população-alvo estratégica surgiu em maior número nos distritos de Lisboa e Braga e, nos PAPT, novamente em Lisboa e Coimbra, embora em número muito reduzido.

**Gráfico n.º 24 - População-alvo Final e Faixas Etárias dos PMP (% e número)**



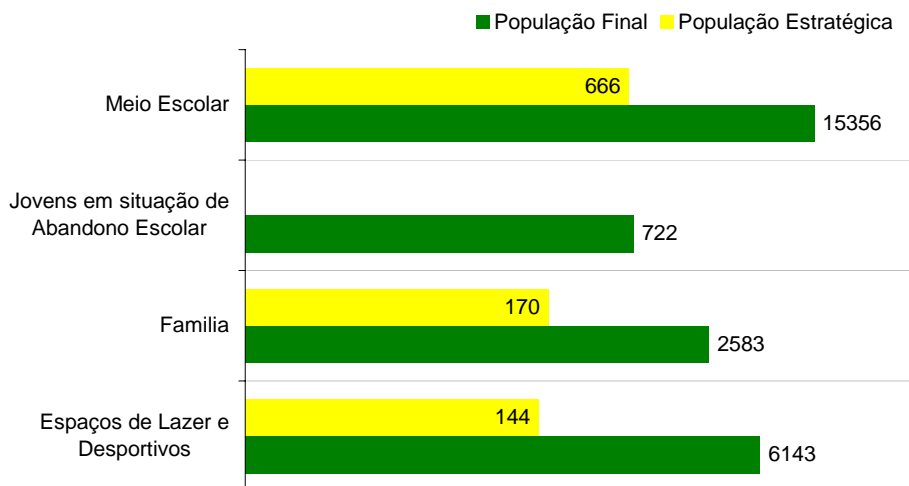
**Gráfico n.º 25 - População-alvo Final e Faixas Etárias dos PAPT (% e número)**



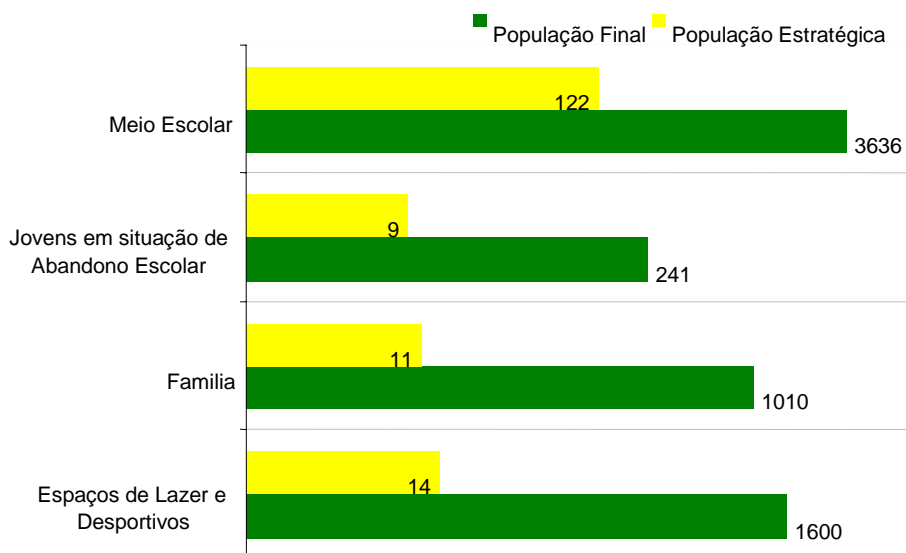
Em termos percentuais, nos PMP, a faixa etária dos "13 - 15 anos" foi aquela que apresentou maior expressão, seguindo-se as faixas etárias dos "10 - 12 anos" e "6 - 9 anos". Nos PAPT, apuraram-se dados ligeiramente diferentes, a predominante foi "10 - 12 anos", seguida da "6 - 9 anos" e "13 - 15 anos". No entanto, ambos os resultados confirmaram os dados anteriormente apresentados, relativos aos meios sociais de intervenção.



**Gráfico n.º 26 - População-alvo PMP Acumulada por Área de Intervenção**



**Gráfico n.º 27 - População-alvo PAPT Acumulada por Área de Intervenção**

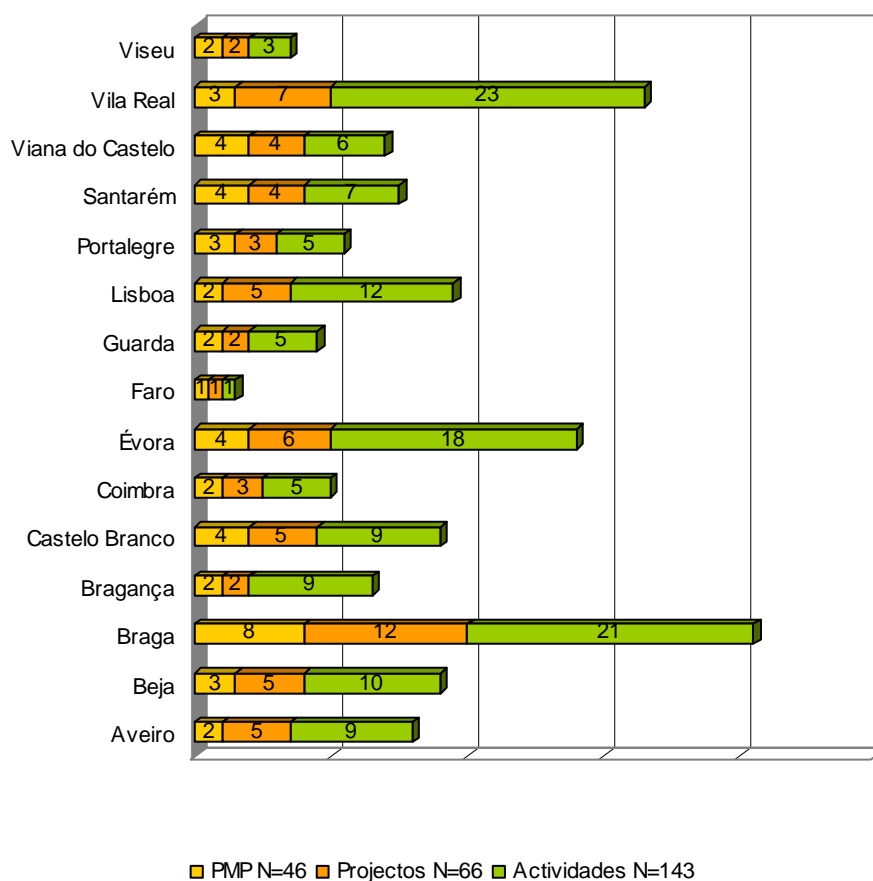


O maior número de participantes registou-se em “meio escolar”, tanto na população-alvo final como na população-alvo estratégica, quer nos PMP, quer nos PAPT.

#### 4. RESULTADOS DA INTERVENÇÃO PMP EM GRANDES GRUPOS

##### 4.1 Actividades Grandes Grupos

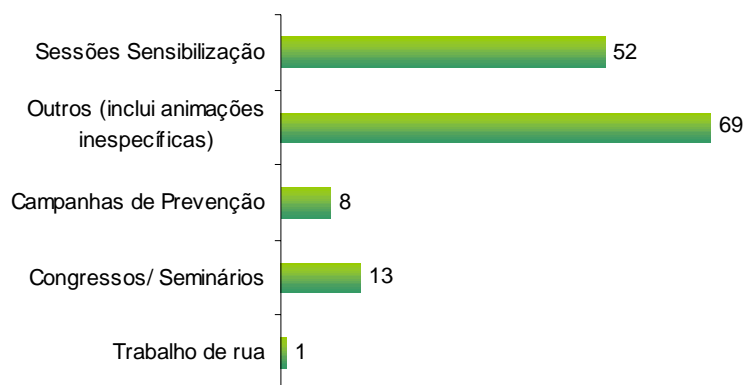
Gráfico n.º 28 - Relação PMP, Projectos, Actividades por Distrito



Através do presente gráfico, pode observar-se que as “actividades de grande grupo” tiveram uma representatividade importante face às dirigidas a grupos delimitados, somando-se 143 actividades no período em análise.

Os distritos onde se realizaram o maior número deste tipo de actividades foram Vila Real, Braga e Évora.

Gráfico n.º 29 - N.º e Tipo de Actividades, N=143



Relativamente ao tipo de actividades, verificou-se que as “Outras (animações inespecíficas)” foram as actividades dirigidas a grandes grupos com maior relevo (cerca de 48%), seguindo-se as “sessões de sensibilização” (36%).

## REFLEXÃO FINAL

Face ao que foi proclamado ao nível do Plano de Acção Nacional de Luta contra a Droga e a Toxicodependência - Horizonte 2004 "definir e implementar planos - se possível municipais - de prevenção primária em 100% dos concelhos do País", o resultado da intervenção dos PMP apenas abrangeu 38% do total de concelhos do país, ou seja, somente 105.

Neste quadro, torna-se importante referir que os primeiros protocolos de PMP foram estabelecidos em Junho de 2001, num contexto em que a Associação Nacional de Municípios emitia pareceres desfavoráveis à sua assinatura e que apenas os considerava enquanto modelos experimentais de intervenção. Por outro lado, e não menos importante, é de realçar as mudanças políticas e institucionais ocorridas ao longo do desenvolvimento do programa, que acabaram por introduzir alguma descontinuidade na sua implementação.

No âmbito dos resultados, reforça-se a existência de distritos onde o número de PMP desenvolvidos foi insignificante face ao número de concelhos existentes no distrito. Como sejam, Viseu: 4 PMP em 24, concelhos, Setúbal 7 PMP em 21 concelhos, Guarda 2 PMP em 12 concelhos, Coimbra 5 PMP em 17 concelhos, Aveiro 7 PMP em 19. Por oposição, os concelhos onde o investimento foi maior foram: Beja 9 PMP em 14 concelhos, Braga 8 PMP em 14 concelhos e Castelo Branco 5 em 11.

Nestes distritos, torna-se evidente a necessidade de um trabalho profundo ao nível da sensibilização dos autarcas, das diferentes entidades públicas e privadas e das suas populações para uma metodologia de intervenção participada e estruturada na área da prevenção das toxicodependências.

Apesar da relativa baixa cobertura nacional, o programa permitiu envolver também entidades da sociedade civil que, no 1.º ano de implementação dos PMP, somavam 57 associações, acabando por atingir um número de cerca 240 associações, sem incluir outros parceiros públicos ou privados ligados a cada PMP.

Em termos de "pontos fortes", queremos salientar que o programa parece ter permitido, entre outros aspectos, envolver as autarquias pela 1.ª vez num processo estruturado de intervenção em prevenção das toxicodependências, ouvindo-as e trabalhando com elas como parceiras. Os PMP provocaram assim as autarquias no sentido de as envolver e responsabilizar mais directamente na intervenção face às toxicodependências e, outro aspecto positivo deste movimento, a nosso ver, está patente no aumento de PMP ao longo destes anos e o conhecimento da vontade de renovar protocolos para continuar o trabalho ou iniciá-lo com o apoio do IDT, apesar da posição de princípio da Associação Nacional de Municípios atrás enunciada. Desde a criação do programa até à sua conclusão, os anos de 2003 e 2004

são os dois principais anos de actividade quanto ao maior número de PMP no terreno.

Tal como se apurou em relatórios anteriores, verificou-se novamente que a área de intervenção privilegiada no âmbito dos PMP é o “meio escolar”, seguida dos “espaços de lazer e desportivos”, dado que é congruente ao nível de vários indicadores e ao longo dos anos de implementação dos PMP - meios sociais, espaços físicos e populações-alvo abrangidas. As faixas etárias mais comuns são de uma população potencialmente em idade escolar e existe formação específica considerável dirigida a professores e a educadores.

Os “espaços de lazer e desportivos” enquanto área de intervenção e a “ocupação de tempos livres” enquanto meio social de intervenção foram também espaços privilegiados de intervenção em prevenção primária. Talvez seja possível avançar com a explicação de que as crianças e os jovens serão cativados para um trabalho mais específico através do lúdico e do desporto, sendo que os indicadores relativos às actividades “educativas-culturais” e “desportivas” poderão suportar esta hipótese.

É importante também referir que muitos projectos, para além de se desenvolverem nos espaços escolares, encontram grande expressão na própria entidade promotora e em espaços camarários, o que é coerente com o facto da contribuição destas entidades para o PMP ser na maioria traduzida em bens de aporte, nos quais estão incluídas as cedências de espaços físicos para o desenrolar das actividades.

Pelos dados apresentados observa-se a confirmação da tendência do que se verificou em todos os períodos estudados. O IDT foi o maior financiador dos vários intervenientes, terminando o programa como o principal financiador. Seguindo-se as autarquias, as entidades promotoras e, por fim, os parceiros. Segundo o programa dos PMP, cada PMP poderá ser financiado pelo IDT até aos 60%, sendo que a responsabilidade das autarquias é de pelo menos 20%, bem como das entidades promotoras e parceiros. Assim, de uma forma global, os valores aqui referidos indicam o cumprimento das regras estabelecidas e, sobretudo, o esforço de co-participação no processo de intervenção.

Quanto à forma como o IDT traduz o seu apoio, verifica-se que é praticamente ao nível do financiamento directo, sendo que a verba referente à imputação de bens de aporte do IDT não é significativa. Por sua vez, a principal parte do apoio financeiro do IDT dirigiu-se ao pessoal técnico, o que é congruente com a perspectiva de investimento em pessoal técnico qualificado para a intervenção mais específica na prevenção primária das toxicodependências, face ao pouco investimento ou aos deficitários contributos técnicos nesta área por parte das autarquias e das diferentes entidades da sociedade civil participantes no processo. Em 2004, o IDT foi responsável por 46% dos custos do pessoal técnico e em 2005, este financiamento quase duplicou, designadamente 84%.

Em relação aos outros financiadores, o IDT continuou a financiar a maioria dos técnicos, o que pode ser positivo numa perspectiva de investimento em pessoal técnico qualificado, mas que poder-se-á tornar prejudicial caso os restantes financiadores não assumam esta vertente, crucial para a sustentabilidade

e o bom trabalho na área da prevenção. Sem técnicos com formação adequada não há intencionalidade preventiva nas actividades, o que as pode transformar em elementares actividades desportivas ou culturais, iguais a quaisquer actividades de ocupação dos tempos livres.

No que respeita ao tipo de actividades, verificou-se novamente que as actividades dirigidas a grupo delimitados, por norma, mais estruturadas, regulares e continuadas ao longo do tempo, totalizam um valor cerca de três vezes superior às actividades dirigidas a grandes grupos. Este dado é considerado positivo na medida em que os PMP preconizam uma intervenção mais regular e continuada com determinada população-alvo, deixando para segundo plano as actividades mais pontuais e desprovidas de um contexto preventivo (não significando, todavia, que este tipo de actividades não possam ter o seu papel e a sua importância no contexto da intervenção preventiva).

Ao nível do tipo de actividades realizadas, o facto das entidades privilegiarem em segundo lugar as actividades de “aquisição e treino de competências”, pode reflectir uma maior preocupação com a estruturação, a especificidade e a intencionalidade dos programas e das acções.

Em relação a “pontos fracos”, há a necessidade de se reflectir sobre a já referida discrepância de intervenção entre distritos, o fraco nível de intervenção em áreas mais específicas, quer ao nível do trabalho com uma população-alvo estratégica, catalizadora de saberes e práticas, quer junto de populações mais complexas como a de jovens em situação de abandono escolar, da família ou do meio universitário, para além da própria intencionalidade preventiva das actividades realizadas.

Pensamos pois, que a leitura deste relatório, complementada com a leitura dos outros instrumentos, nomeadamente de avaliação, realizados à intervenção em prevenção primária, poderá proporcionar uma reflexão sobre a intervenção global realizada entre 2000 em 2005 e, sequencialmente, uma definição de novas medidas de intervenção com os respectivos objectivos e áreas de intervenção a priorizar, assim como da estruturação de um conjunto de regras de natureza técnica e financeira que venham a incorporar os enquadramentos de futuros programas de intervenção.